

A HISTÓRIA QUE A GEOGRAFIA NÃO CONTA: PRESENÇAS E AGÊNCIAS NEGRAS NA PRODUÇÃO ESPACIAL E BIBLIOGRÁFICA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG.

Albert Milles de Souza ¹

RESUMO

“A história que a geografia não conta” consiste em uma provocação teórico-epistêmica acerca da produção bibliográfica na e sobre a cidade de Juiz de Fora, pois carrega consigo um apagamento da presença, contribuição e protagonismo de negras e negros na sua conformação espacial. De início, em nosso trabalho estabelecemos um preâmbulo acerca de como determinados processos espaciais condicionaram a presença negra na cidade. Após, metodologicamente estabelecemos dois caminhos investigativos: primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica acerca das últimas obras sobre a geografia histórica juizforana, centrada na formação da cidade e de seus sujeitos e também obras que envolvem a questão racial na geografia de Juiz de Fora. Conjuntamente, através de palavras-chave se levanta em repositórios online o quantitativo de obras na geografia que abordam a questão racial na cidade e a questão urbana. Preliminarmente, constata-se que a produção bibliográfica centrada no espaço no geral historicamente foi e é influenciada por um apagamento e um olhar subalternizante, o que compromete uma leitura e compreensão mais fidedigna da realidade. Em uma perspectiva teórica, parte-se dos conceitos de modernidade-colonialidade, aliado à noção de branqueamento do território, entendendo que estes possibilitam maior compreensão da produção espacial urbana juizforana no referido período.

Palavras-chave: Geografia Histórica; relações etnico-raciais; Juiz de Fora; racismo; espaço urbano.

ABSTRACT

"The story that geography doesn't tell" is a theoretical-epistemic provocation about the bibliographic production in and about the city of Juiz de Fora, because the city it carries with it an erasure of the presence, contribution and protagonism of black men and women in its spatial conformation. To begin with, our work establishes a preamble about how certain spatial processes conditioned the black presence in the city. Then, methodologically, we established two investigative paths: firstly, we carried out a bibliographical review of the latest works on the historical geography of Juiz de Fora, focusing on the formation of the city and its subjects, as well as works involving the racial issue in the geography of Juiz de Fora. At the same time, keywords were used to search online repositories to find the number of works in geography that address the racial question in the city and the urban question. Preliminarily, it can be seen that bibliographic production centred on space in general has historically been and is influenced by an erasure and a subalternizing gaze, which compromises a more reliable reading and understanding of reality. From a theoretical perspective, the concepts of modernity-coloniality are used, together with the notion of the whitening of the territory, with the understanding that these make it possible to gain a better understanding of urban spatial production in Juiz de Fora during this period.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, albert.souza@ufrj.br

Keywords: Historical Geography; ethnic-racial relations; Juiz de Fora; racism; urban space.

INTRODUÇÃO

O debate sobre relações étnico-raciais atualmente é um dos temas mais relevantes quando observamos análises, interpretações e reflexões sobre a questão social contemporânea. Tanto nos espaços acadêmicos e nos movimentos sociais, quanto na vida cotidiana, dentre diversas possibilidades analíticas, se há um consenso é que: não temos condições de interpretar e entender a sociedade brasileira sem nos apropriarmos de lentes, de um olhar racializado sobre seus processos constituintes. E se tratando do espaço enquanto uma dimensão inerente à realidade, um olhar geografizado, posicionado, é condição *sine qua nom* para compreender as relações étnico-raciais.

Porém, apesar da proeminência e notoriedade que a questão vem ganhando nos últimos tempos, ao analisarmos uma produção bibliográfica geográfica sobre o espaço urbano da cidade de Juiz de Fora², visualiza-se que nela ainda é restrito um debate sobre relações étnico-raciais. Tal situação nos incomoda pois Juiz de Fora foi e é uma cidade negra, e não só do ponto de vista demográfico, mas da substancial centralidade dessa população na constituição do espaço urbano, sobretudo em meados do século XIX e início do século XX. Atualmente a cidade possui um contingente de 218.095 declarados pretos ou pardos (IBGE, 2010), uma porcentagem de 42,24% da população total no ano de 2010. Um dado a se ressaltar é que a cidade foi apontada como a terceira com maior desigualdade de renda entre negros e brancos no país de acordo com a pesquisa desenvolvida em 2017 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), a Fundação João Pinheiro e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (TRIBUNA DE MINAS, 2022). Tal dado deixa exposto os reflexos da estruturação sócio-econômica do racismo na cidade.

Outro fator que nos incomoda é a certa invisibilidade da contribuição negra na conformação do espaço urbano de Juiz de Fora. De modo comemorativo aos 150 anos de Juiz de Fora, grupos de comunicação privados (jornais e TV's) em parceria com a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) – órgão público municipal de âmbito cultural – produziram um conjunto de material destacando o papel dos imigrantes na construção da cidade (TRIBUNA DE MINAS, 2004). Nele, centra-se na contribuição e papel dos imigrantes

² Considerada uma cidade média, Juiz de Fora fica localizado na mesorregião da Zona da Mata mineira, possui uma economia centrada em sua maior parte no setor de serviços e possui uma população estimada de 577 mil habitantes (IBGE, 2021)

alemães, italianos e portugueses mas em nenhum momento menciona-se se quer a presença de negras e negros, africanos em diásporas. Essa invisibilidade reforça no imaginário social da população no tempo presente uma ausência de história e importância de negras e negros na construção da cidade.

Nesse sentido, “a história que a geografia não conta” consiste em uma provocação teórico-epistêmica acerca da produção bibliográfica na e sobre a cidade de Juiz de Fora, pois carrega consigo um apagamento da presença, contribuição e protagonismo de negras e negros na sua conformação espacial. Por hipótese, entendemos que esses reflexos são provenientes de um moderno e colonial modo de conformação e desenvolvimento de seu espaço urbano, operados a partir de mecanismos de segregação e subalternização via racialização de determinados grupos sociais. Associadamente, uma ausência de produção acerca de tal condição reforça, e de certo modo reflete, uma invisibilização e apagamento da memória, da história e cultura negra na cidade.

Estruturalmente, em nosso trabalho estabelecemos um preâmbulo acerca de como determinados processos espaciais condicionaram a presença negra na cidade. Em sequência, buscamos analisar a bibliografia que aborda a geografia histórica do município e a dimensão racial. Isso porque devido ao apagamento da história e presença da população negra da história da cidade teremos por consequência uma exígua produção acerca dessa presença negra. Outro problema é que a grande parte desta se estabelece com uma abordagem limitada, assimilando essa população a partir de uma perspectiva subalternizada, reforçando de certo modo uma invisibilização e apagamento de sua presença, das agências, da história e cultura negra na cidade.

Em continuidade, junto à apresentação da lacuna bibliográfica na produção acadêmica da Geografia sobre a questão local organizamos uma breve revisão bibliográfica sobre as últimas obras que versam sobre a Geografia histórica de Juiz de Fora e as que fazem menção à questão racial e negra. Conjuntamente, expõe-se os resultados de uma busca por palavras-chave relacionadas ao tema em repositórios online. Por fim enseja-se uma breve reflexão acerca da necessidade de um olhar e uma produção bibliográfica antirracista, indicando outros possíveis caminhos teórico-conceituais e metodológicos. Fazemos esse esforço por acreditar que essa produção espacial e a ausência de reflexões espaciais centradas na dimensão racial são produtos da colonialidade, fatores contribuintes para a invisibilização e apagamento da memória, das agências, da presença e do legado da população negra na cidade historicamente.

A POPULAÇÃO NEGRA E A CIDADE

Ao observarmos a história urbana da cidade de Juiz de Fora na transição dos séculos XIX para o século XX visualizamos que há uma inegável presença da população negra na produção de seu espaço urbano, mas que será condicionada a uma égide espacial ascendente na época. Alinhada de “Manchester Mineira” devido a um intenso progresso induzido via industrialização, a cidade já nasceu “moderna”, sobre o signo da modernidade. Visualiza-se isso em sua organização espacial, que diferentemente das tradicionais cidades mineiras da época, como Barbacena, Ouro Preto ou Vila Rica, inspirou-se nos padrões das cidades modernas da Europa e da própria capital do Brasil na época – a cidade do Rio de Janeiro; com ruas largas, retas e perpendiculares. Alinhada a essa organização espacial, a modernização na cidade de Juiz de Fora se assentou sob três pilares: a disciplinarização, o embelezamento e o saneamento (SILVA, 2008). Como exemplo das intensas transformações urbanas na cidade entre meados e no fim do século XIX presencia-se o Plano Dodt e o Plano Hoywan.

O primeiro plano – Dodt – datado do ano de 1860 foi a primeira intervenção urbana na cidade de caráter estatal, que dentre inúmeras propostas, estabeleceu um delineamento da parte central (GIROLETTI, 1988). Todo plano já expressava em seu corpo um padrão espacial e urbanístico a ser seguido. Baseados nos princípios de melhoramento e embelezamento assim como o Plano Dodt, a cidade de Juiz de Fora nos anos de 1892 também realizaria o Plano Howyan. Este se constitui em um conjunto de obras públicas no espaço urbano, especialmente nas áreas de saneamento, distribuição de água e construção de estradas. Muito embora não concluído, o processo de realização do plano foi suficiente para aprofundar problemas socioespaciais já existentes na cidade .

Os processos de intervenções urbanas estabeleceram um espaço urbano moldado às aspirações de uma elite local e do poder público vigente já na gênese evolutiva da cidade. Nasce sob preceitos modernos, disciplinados e hierarquizados, estabelecendo um padrão que definiu, já no desenvolvimento do espaço urbano juiz-forano, o lugar em que cada sujeito ocuparia o seu devido lugar.

A raça será um elemento central que definirá a presença e circulação, o lugar a ser ocupado por cada sujeito na cidade. Até a abolição da escravatura a presença negra era a todo custo evitada na urbe, sendo limitada a algumas funções laborais. Isso porque em uma cidade que se propunha moderna e alinhada aos padrões europeus essa presença não era bem vista. Não por acaso, já antes da abolição da escravatura havia um estabelecimento de mecanismos

indiretos de impedimento, de interdições à circulação de pessoas negras no centro da cidade. Como exemplos, temos a cobrança de valores mais elevados de impostos sobre escravos urbanos, e uma legislação urbana com um Código de Posturas que impediam cocheiros – não por acaso negros – de circularem em espaços centrais da cidade. Contudo, apesar de não reconhecidos e indesejados na cidade, “[...]ao fim do século XIX essa população figurava cerca de 59% da população juizforana” (SILVA, 2008, p. 45)³, muito embora ainda ocupando principalmente as áreas rurais. Não por acaso a cidade possuía ainda o maior número de pessoas escravizadas no estado de Minas Gerais (COSTA, 1978).

É nesse contexto que já no ano anterior à abolição, em 1887, uma elite local composta por fazendeiros e industriais, na tentativa de trazer “novos ares” à paisagem juizforana, se associaram em prol da introdução de imigrantes para a cidade. Então, Mariano Procópio Ferreira Lage uma das principais lideranças da elite local iniciou um processo de importação de colonos alemães para auxiliar nas obras de construção da então União Indústria. Sua justificativa e discurso para a importação era a necessidade de uma mão de obra farta, pois primeiramente, a abolição era questão de tempo, e segundo, era necessário uma “mão-de-obra mais qualificada”. Para esse grupo, acreditava-se que os imigrantes possuíam habilidades em atividades fabris diferentemente da população negra escravizada.

Entretanto, esse discurso não se sustentou na prática e a majoritária parcela dos trabalhadores construtores da estrada foi negra. Guimarães (2006) desmistifica narrativas que associavam a construção da estrada União Indústria como obra da população alemã, imigrantes recém chegados para obras na cidade, sustentando que o contingente populacional de europeus na cidade não chegava a 1.500, o que era aproximadamente 10% da população. Junto a isso, muito embora trabalhadores negros estivessem impedidos – por lei vigente da época – de serem “alugados”, estes foram reconduzidos em grande contingente da atividade cafeeira para a construção civil e para as atividades urbanas, por falta de mão de obra livre. Mais uma demonstração de que em uma cidade em plena expansão, sem a atuação da

³ A cidade de Juiz de Fora, conforme a Ata da Câmara de 1855 possuía uma população de 27.722 habitantes, dos quais 11.176 eram brasileiros, 118 imigrantes e 16.428 enquanto população negra escravizada, ou seja, mais da metade da população era composta pelos negros escravizados. Os 59% de composição populacional negra, que chegou a 62% em 1853, era um número bem acima da média nacional que correspondia a 40,2% na época. Tamanho era o seu peso e importância para a atividade econômica local da época - cafeeira - que no período da abolição da escravatura membros da Câmara Municipal chegou a lançar uma nota sendo contra o processo, pois este traria um grande retrocesso econômico para a cidade (PIRES, 1993).

população negra – uma parcela de quase dois terços da população total – não poderia ser possível a manutenção das suas atividades produtivas.

Essas estratégias e narrativas estabelecidas se configuraram como ações de tentativa de apagamento do papel da população negra nas atividades laborais e na construção material do espaço urbano de Juiz de Fora. Compreendendo tais estratégias Cordovil (2013), defendeu que essa a importação de imigrantes alemães no fim do século possuía literalmente uma motivação clara: a tentativa de apagamento da presença da população negra na cidade, através de um embranquecimento da população, enormemente negra e nada compatível para os padrões de uma cidade moderna e desenvolvida. Essa aversão à presença negra na cidade, expressa no projeto de embranquecimento estabelecido entre Mariano Procópio e o poder público, teve prosseguimento mesmo após o período pós-abolição. Mas, neste momento, na inevitável chegada e estabilização no espaço urbano, a população negra viria ser atingida pela falta de acesso e condições de reprodução neste.

O processo de chegada e incorporação ao espaço urbano se deu integralmente somente no fim da década de 1920, com o fim do ciclo da atividade cafeeira na região. Presenciou-se então um deslocamento em massa das fazendas para a cidade. Em âmbito ocupacional – do trabalho – apenas uma singela parcela da população negra foi absorvida formalmente, na construção civil, no caso dos homens e nas atividades domésticas para as mulheres. Isso porque o comércio não incorporava a mão-de-obra negra (SILVA, 2008). Por alternativas, o que “restou” para a maior parcela da população como saída foi o comércio informal, ocupando postos como de vendedores ambulantes de produtos hortifrutis, granjeiros e produtos artesanais.

Nesse contexto de modernização na “Manchester Mineira” o aumento do custo de vida e pauperização das classes mais baixas na cidade foram uma regra. E é nesse espaço urbano que a população negra chegaria em massa. Em um espaço já inacessível, mal desejada e sem acesso aos circuitos formais da economia, sendo “[...] alijadas dos alijados na conformação do espaço urbano, não estando assim no mesmo nível de exploração dos outros trabalhadores, ainda que pobres” (SOUZA, 2019, p.69).

De modo preambular, a partir de processos de segregação e subalternização o que se presencia entre o século XIX e XX na cidade de Juiz de Fora: um Estado e uma elite local que operaram processos de interdições e impedimentos da população negra ao centro da cidade. Já antes da abolição da escravatura, através de leis urbanísticas e impostos produziram interdições à circulação e presença da população negra no centro da cidade. Concomitante, o

estabelecimento de um projeto de embranquecimento da população local via importação de imigrantes europeus. Em seguida, o estabelecimento de planos de intervenções urbanas de aspirações modernas – disciplinada, embelezada e limpa, avesso a presença negra. E por fim, a não incorporação da população negra aos circuitos formais da economia local em sua chegada no espaço urbano, já nos anos de 1920.

METODOLOGIA

Nosso trabalho estabelece dois caminhos investigativos. Primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica acerca da historiografia juizforana centrada na formação da cidade e de seus sujeitos. Esse processo compõe basicamente os primeiros argumentos tecidos no artigo, primeiro contextualizando a centralidade da população negra na cidade e também sua condição espacial. Isso, para assentar nosso argumento sobre a centralidade e importância da população negra na cidade. Segundo, realizamos uma busca da produção geográfica sobre a temática em repositórios online. Estabelecemos em seguida uma análise e balanço do conteúdo e tema sobre as mais recentes produções encontradas – Amaral (2016), Amaral (2020), Cordovil (2013) – e se há uma perspectiva racial, teórica e/ou metodológica, desse olhar. Analisamos ainda a obra de Assis (2018), pois esta estabelece um debate sobre a questão racial na cidade tentando compreender sua relação com a geografia histórica da cidade. Em um posterior momento, em continuidade investigativa acerca da insuficiência da produção bibliográfica no campo da geografia ou que possuíssem uma centralidade espacial sobre a questão racial na cidade, intentamos identificar o volume de obras produzidas disponíveis, através de palavras-chaves a partir de uma procura em alguns repositórios de produção científica, partindo do Google Acadêmico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o debate iniciado, a provocação implicada nesse objeto de estudo compreende a necessidade de estabelecermos um arcabouço teórico e analítico que contemplem a investigação empreendida. Como já sinalizado, há hoje uma necessidade de maior compreensão da constituição e produção do espaço urbano brasileiro, a partir dos elementos e processos que o constituíram especificamente. Aqui, sinalizamos a necessidade de se avançar, noções, conceitos e percepções sobre o espaço urbano que desconsiderem as relações sociais e principalmente os sujeitos que o constituem. É indispensável reconhecer, delimitar e corporificar quem são os e as que constituem o espaço urbano.

É nessa linha que McKittrick (2011) advoga a necessidade de construirmos um *sensu de lugar negro*, de: compreender que as histórias e as comunidades negras não são apenas partes integrantes da produção do espaço, mas sim componentes centrais para o entendimento de tal. De fazer um movimento de reconstrução analítica, de situar, de forma material e imaginativa, as lutas históricas e contemporâneas, de compreender e dar significado às experiências e lutas dos negros nas Américas, que foram moldadas por séculos de colonialismo, escravidão e racismo. Uma maneira de resistir e reivindicar um espaço e uma identidade próprios em um mundo que muitas vezes os nega, espaço esse que está para além da dimensão física, mas simbólica, intelectual, imagética e de narrativas. Um esforço de superar análises que relegam a população negra a lugares passivos, reificadamente colocados como violados da história, sem agências. E portanto é necessário lançar mão de referenciais teóricos e analíticos que abarque tais dimensões.

Dito isso, partimos da perspectiva teórico-conceitual de modernidade-colonialidade (QUIJANO, 2005). Entende-se que a colonialidade é um padrão de poder – proveniente dos processos de colonização e do colonialismo – que estabelece relações de dominação e exploração e foi indissociada da modernidade na medida em que esse projeto modernizador importou um padrão de cidade, uma noção de espaço urbano e espacialidade europeia, declaradamente como branca. Com isso, ao se (re)produzir no/com espaço urbano, o racismo enquanto produto colonial vai estabelecer práticas e dinâmicas espaciais que engendram estruturalmente uma produção espácio-racial, estratégias de ordenação e produção espacial calcadas em mecanismos de classificação e hierarquização de determinados corpos na cidade, corpos não-brancos, gerando conseqüentemente uma construção racista de cidade.

Em continuidade, o conceito de branqueamento do território (SANTOS, 2019) se constitui enquanto outro elemento fundamental e fundante para compreender de modo racializado os processos urbanos da cidade de Juiz de Fora. Operado pelo Estado brasileiro, a partir da alteração da composição populacional vigente, enormemente enegrecida, e da formação de um ideário de nação alinhado aos moldes, cultura e valores europeus, o branqueamento do território se constituiu enquanto um projeto de Nação que expressou em três vertentes: i) o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); ii) o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos

históricos; iii) e o branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões. (SANTOS, SILVA, PEREIRA E SILVA, 2019).

Dentre suas três vertentes de expressão, visualiza-se que na cidade de Juiz de Fora expressa-se duas de suas vertentes: um processo de branqueamento da ocupação territorial da cidade com a importação de alemães, estratégia alinhada ao projeto de nação e civilização em curso no fim do século XIX no Brasil, que inspira sua etnogênese em um padrão internacional, de fora, europeu; e uma tentativa de branqueamento da imagem da cidade de Juiz de Fora, nas narrativas e discursos sobre os lugares, papel e importância de negras e negros na produção da cidade, expressa inclusive na produção bibliográfica referente a ela.

As existências e presenças de grupos socioculturais, através da sua produção, edificações e relações, deixaram e deixam marcas cristalizadas no espaço geográfico (SANTOS 1991), tanto na paisagem quanto nas práticas espaciais, seja na cidade ou nos espaços de produção de conhecimento. Portanto, a noção de senso de lugares negros se constitui enquanto uma possibilidade de se pensar o mundo negro na sociedade para além do racismo e antirracismo, pois revela que a relação geografia e negritude é muito mais antiga do que se imagina. Articulada à noção de modernidade-colonialidade, produção espaço-racial e de estratégias de branqueamento do território permite compreender que as violências raciais moldam mas não definem a experiência negra no mundo, muito menos um lugar subalternizado e reificado, passivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao estabelecer um breve balanço sobre a produção histórico-geográfica sobre a questão urbana na cidade no referido período e também de obras que versam sobre a questão racial na cidade selecionamos Amaral (2016), Amaral (2020), Cordovil (2013) e Assis (2018) entendendo suas atualidades e devidas relevâncias com relação à Geografia histórica e a questão étnico-racial. Constatamos que a obra de Amaral (2016) estabelece uma investigação de como a conjuntura econômica local e internacional impactou e acelerou o processo urbano da cidade. Nessa empreitada o autor aborda como os impactos de tal aceleração geraram mais contradições socioespaciais através da valorização do espaço urbano. Contudo, carece-se de um avanço mais detalhado dos impactos gerados sobre classes sociais mais pobres e seus diferentes grupos, como a população negra.

Semelhantemente na obra, “Pequena geografia histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do caminho novo ao início do século XX” Amaral (2020) se constitui como uma importante contribuição para a compreensão da formação da cidade. No decorrer do livro o autor aborda de modo amplo e mais geral os processos espaciais, econômicos e sociais. Apresenta como eles proporcionaram a transição da localidade, de um contexto vilarejo que surgiu devido ao “Caminho Novo” do ouro, à chamada “Manchester Mineira”, referência no desenvolvimento industrial têxtil. Mas, novamente não se presencia um aprofundamento acerca dos sujeitos inseridos nos processos, bem como os impactos sobre cada diferente grupo social.

Em sua dissertação de mestrado, “Do caminho novo à Manchester Mineira: as dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto da Zona da Mata mineira” Cordovil (2013) constrói uma leitura acerca da evolução e expansão do espaço urbano juizforano sobre a luz do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o autor avança em relação a Amaral (2016; 2020) no que tange a compreensão dos sujeitos, sua posição social nos contextos das relações e transformações sociais e os lugares ocupados na cidade. O autor trata da relação entre “os Negros e a cidade de Juiz de Fora” especificamente em um sub-capítulo ao abordar os grupos étnicos presentes na cidade. Indica inicialmente que a presença dessa população na localidade antecede a constituição do município enquanto unidade administrativa, pois enquanto cativos ocuparam postos de trabalho nas primeiras fazendas da região doadas por Sesmarias. Reconhece que sua presença foi essencial para a geração de capitais na cidade, visto que era a principal mão-de-obra. Cordovil (2013) identifica ainda que haja um processo de negação dessa população na área urbana, através da falta de espaços dotados de infraestrutura disponíveis, bem como de processos discriminatórios.

Por outro lado, o autor também identifica determinadas espacialidades e sociabilidades que se constituíram enquanto estratégias de reprodução, sobrevivência e re-existência diante de um projeto de cidade pautado numa normatividade e controle social dos sujeitos no espaço urbano. Assim sendo, mesmo que de modo pontual, vemos que há um reconhecimento e análise acerca da população negra na cidade. Entretanto, sua análise, sobretudo no que tange a presença do negro em Juiz de Fora, nos direciona para uma compreensão ainda limitada sobre como de fato a população negra participou da construção do espaço urbano juizforano. Carece-nos uma abordagem mais profunda sobre como se constituíram espacialidades negras

no espaço urbano, sobretudo a partir de um olhar positivo, não somente fruto de uma violência racial.

De modo mais próximo a uma análise da questão racial na cidade, a luz de uma abordagem geográfica, Assis (2018) aborda a presença e inserção da população negra no mercado de trabalho na cidade, argumentando que condição racial se constitui como um elemento de diferenciação e hiper-exploração da força de trabalho. Muito embora haja uma centralidade temática na questão racial e a identificação da raça enquanto um crivo hierarquizado, a obra nos impõe um avanço para além da dimensão do trabalho, compreendendo os processos espaciais históricos que condicionaram tal cenário, e as agências e espacialidades surgidas diante disso. E para isso nos é importante regressar ao relevante período de constituição da cidade, a transição do século XIX para o XX, o que a obra não centra.

Previamente o que se pode constatar ao se analisar o quadro do espaço urbano de Juiz de Fora em meados do século XIX, é que ele foi orientado por um moderno e colonial modo de conformação e desenvolvimento. Operados a partir de mecanismos de segregação e subalternização de determinados grupos sociais onde a raça se constitui enquanto um crivo de ordenação, regulação e hierarquização de comportamentos e relações sociais, inerentemente espaciais (SANTOS, 2012).

Em síntese, ao analisar as últimas obras que versam sobre a geografia histórica da cidade visualizamos que há uma insuficiência no trato e consideração à questão racial negra na cidade, tanto no âmbito temático quanto na abordagem teórico-metodológica. Entende-se que é necessário avançar na compreensão de como o componente racial, e as relações raciais, foram centrais para a produção do espaço urbano da cidade em seu processo de conformação. Isso, identificando as dimensões racializadas dos processos urbanos, das ações e estratégias de constituição de um projeto civilizador moderno-colonial do Estado e principalmente das agências e espacialidades estabelecidas pelo povo negro enquanto estratégias de resistência e existência.

Em continuidade à análise e discussões, através da busca de palavras-chave: *geografia; questão racial; racismo; relações étnico-raciais; Juiz de Fora; espaço urbano* - em repositórios online a partir da plataforma Google Acadêmico encontramos um total de 627 obras. Dentre esse filtro, apenas doze trabalhos versavam diretamente sobre a questão racial, sendo três do Serviço Social, de uma única autora, três da geografia, onde dois são do campo de ensino de geografia, dois da história, dois da educação e dois da psicologia.



Veja a tabela abaixo:

TABELA DE LEVANTAMENTO DE OBRAS POR PALAVRAS-CHAVE

CAMPO	QUANTIDADE POR PALAVRAS-CHAVE	OBSERVAÇÃO
TOTAL:	627	
Versam diretamente sobre a questão racial negra e a cidade:	12	
CAMPO:		
Geografia	3	*2 são de Ensino de Geografia.
Serviço Social	3	*Uma única autora.
História	2	
Educação	2	
Psicologia	2	

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Preliminarmente, constata-se que a produção bibliográfica centrada no espaço no geral historicamente foi e é influenciada por um apagamento e um olhar subalternizante, o que compromete uma leitura e compreensão mais fidedigna da realidade. Isso porque essa ocultação e invisibilização e construção de um lugar subalternizado a esses sujeitos, de suas agências, resistências, seu legado e patrimônio vai incidir diretamente no seu reconhecimento e na sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pautar o debate sobre relações étnico-raciais e a dimensão da produção espacial e intelectual na cidade de Juiz de Fora é uma tarefa urgente que se faz cada vez mais necessária. É condição para um enfrentamento do problema de uma produção bibliográfica exígua e enviesada, que ainda destina a nossa população um lugar meramente subalternizado, destituído de agências e existências. Reconhecer os espaços de existência e produção de outros saberes e epistemes na cidade, para além dos convencionais.

Fazer esse movimento acaba por contribuir para uma ampliação de reflexões sobre a geografia sobre/na cidade, para um aumento de uma produção bibliográfica. Possibilita gerar substratos para a promoção de políticas públicas para o espaço urbano de caráter integrador, afirmativo e redistributivo, e ainda que possam reconhecer e conservar de outros patrimônios. Do ponto de vista educacional, temos conjuntamente a possibilidade de estabelecer uma contribuição para o conteúdo curricular e para prática de ensino, indo novamente ao encontro do que propõe a Lei 10.639/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio.

É a partir de tais agendas e agências, do alargamento e melhoramento de tudo que já se foi conquistado que continuaremos a resgatar e também construir narrativas, epistemes e reflexões sobre nós, de onde viemos e o que queremos, sempre tentando rompimentos e superações em relações as diversas dimensões da colonialidade e do racismo que cotidianamente nos acomete.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Yuri Barbosa. **Espaço, história e cidade: uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX.** 2016, 249f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora 2016.

AMARAL, Yuri Barbosa. **Pequena geografia histórica de Juiz de Fora, o processo urbano do Caminho Novo ao século XX.** 1º ed. Juiz de Fora: editora CRV. 2020.

ASSIS, Leandro Alves. **Serviço de preto: o trabalhador inserido no mercado de trabalho de Juiz de Fora.** 2018, 139f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

BRASIL. **Lei 10.639** de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei 12.711** de 29 de agosto de 2012. D.O.U. de 29 de agosto de 2012.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Do Caminho Novo à Manchester Mineira: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata mineira.** 2013. 245 f. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 196; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 351-353

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. 1º edição. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.

MCKTTRICK, Katherine. **On plantations, prisons, and a black sense of place**, Social & Cultural Geography, 12:8, 947-963, DOI: 10.1080/14649365.2011.624280. 2011

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, Investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.. In: Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Renato Emerson. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, Petrópolis: DP e ABPN, 2012.

_____; SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P.; SILVA, N.C. **Disputa de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro**: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico / Organizadores Natacha Rena, Daniel Freitas, Ana Isabel Sá, Marcela Brandão – Belo Horizonte: Fluxos, 2018. 1150 p.

SILVA, Máira Carvalho Carneiro. **Lugar de trabalhador é na área de serviço**: a moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930). 2008.186f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008

SOUZA, Albert Milles. **Descontinuidades e permanências no planejamento urbano a partir do Plano Diretor Participativo da cidade de Juiz de Fora- MG**. 2019.185f. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SANTOS, Milton. O presente como espaço: conferência pública proferida por ocasião do 150º aniversário da Universidade de Toronto em 03/12/1977. In: SANTOS. Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. P. 9-35.

Outras referências:

-O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 03 de março de 2022. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/opinio/tribuna-livre/03-03-2022/o-racismo-estrutural-brasileiro.html>

-*Ver Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora* (caderno suplementar da Tribuna de Minas). Juiz de Fora, Esdeva, 2000 e FAZOLATTO, Douglas. “Juiz de Fora. Primeiros tempos” e DILLY, Roberto. “Origens de Juiz de Fora” ambos publicados em *Juiz de Fora, história, texto e imagem*. Juiz de Fora, FUNALFA Edições, 2004, pp 07-18 e 19-25.